

"Em busca do método": Educação Física, saúde, corpo e nação (1930-1945)

VITOR JOSÉ DA ROCHA MONTEIRO*

Ao longo do período entre 1930 e 1945, no Brasil, ocorreu um paroxismo das discussões em torno da educação/elaboração dos “corpos brasileiros” através da Educação Física. Estiveram envolvidos neste debate diversos atores como militares (destacadamente o Exército brasileiro), educadores, religiosos, formuladores de políticas públicas de educação e saúde, médicos, etc. As discussões e proposições delinearam-se através de leis, currículos, criação de instituições (institutos, universidades e escolas de Educação Física), publicidade e artigos e reportagens nos periódicos brasileiros. A questão central parecia ser a mesma: qual é e qual deveria ser o “corpo brasileiro” ideal.

No Brasil e no mundo, a partir de finais do século XIX e início do século XX, as várias práticas corporais (ginástica, esportes, dança, halterofilismo, atletismo, etc.), além de passarem a ser vistas como atitudes relativamente aceitáveis socialmente, deixando de ser consideradas “inestéticas” (REICHEL, 1993: 241), entravam num processo de organização relevante através de clubes, associações, sociedades esportivas e dentro dos próprios quartéis. Este processo estava relacionado à crescente urbanização, com grandes aglomerações populacionais em determinadas áreas do Brasil e em diversas cidades pelo mundo, apontando para o aparecimento de uma “cultura urbana”, baseada na valorização de uma vida saudável, na aceitação da exibição do corpo, na emergência de novas formas de lazer e de sociabilidade (MELO, 2010: 29). As maiores cidades do Brasil passaram a encarar estas práticas, que visavam à criação/exibição de corpos fortes, saudáveis, ágeis, resistentes e, sobretudo,

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS), da Casa de Oswaldo Cruz (COC), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), cujo projeto de pesquisa, denominado “Um corpo para a nação: saúde, Educação Física e identidade nacional na Era Vargas (1930-1945)”, é orientado pela Prof^a Dr^a Simone Petraglia Kropf e financiado pela Fiocruz.

“edificáveis”, como elementos de uma vida “moderna” e “civilizada”, gerando identidades locais e/ou mais amplas (nacionais)¹.

A partir de 1930, o Centro Militar de Educação Física² passou a funcionar na Fortaleza de São João, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro. Esta instalação significou, para Ferreira Neto (1999), a entrada da Educação Física num “processo de efetivação no interior do Exército e da sociedade civil”, com a expansão do ensino e do “pensar” aquele saber. Coube ao Ministério da Guerra, dessa forma, providenciar uma estrutura adequada, conjugando recursos materiais e humanos necessários ao bom funcionamento daquele organismo. Ainda em 1930, surgem centros regionais de ensino de Educação Física em Minas Gerais e em São Paulo. Este início estruturante do Centro Militar de Educação Física teve como ponto alto, já após os eventos de outubro de 1930, a chegada, para ocupar o cargo de Diretor, do então major Newton Cavalcanti. Este surge como personagem relevante para a política de educação física do Exército apadrinhado pelo novo ocupante da pasta da Guerra, o general Leite de Castro (FERREIRA NETO, 1999: 48-49).

Entretanto, estes primeiros anos do referido Centro Militar não estiveram livres de tensões e incertezas. Jayr Jordão Ramos, oficial do Exército brasileiro ligado às questões da Educação Física, chama a atenção para o fato de que os primeiros momentos do recém-formado Centro Militar de Educação Física, no início da década de 1930, foram “hesitantes, cautelosos e acadêmicos”:

“A Escola de Joinville em tudo dava a última palavra. Receava-se a hipertrofia cardíaca em face dos exercícios estafantes, cuidados exagerados prejudicavam o treinamento especializado e uma série de princípios e preceitos, consubstanciados na regulamentação francesa em vigor, relegavam os desportos para um plano secundário” (RAMOS, 1966: 13).

Ramos apontou para incertezas doutrinárias (cognitivas) que eram oriundas da própria novidade do projeto – um centro especializado em Educação Física dentro da estrutura do Exército – e, também, das relações que esta instituição (mas, também, o próprio Exército, em

¹ Ver Melo (2010), sobre o incremento e a difusão das práticas esportivas nas cidades brasileiras na transição do século XIX ao XX.

² Em 1929, foi inaugurado o Centro Militar de Educação Física com um Curso provisório, instalado inicialmente ainda na Escola de Sargentos de Infantaria, sob a coordenação dos tenentes Inácio de Freitas Rolim e Virgílio Alves Bastos (médico). Este Curso, que teve a duração de um ano letivo, formou instrutores militares e vinte e dois professores civis do Distrito Federal (Rio de Janeiro), estando estes, assim, aptos a dar aulas nas escolas públicas Ver Castro (1997) sobre o início dos trabalhos, mesmo que provisório do Centro Militar de Educação Física..

particular, e a classe militar em geral) tinha com a matriz estrangeira daquilo que era a substância do trabalho do Centro Militar de Educação Física: o Método Francês de Educação Física.

De acordo com Bonorino, Molina e Medeiros (1931) e Marinho (s/d), o Método Francês tem a Escola de Joinville-le-Pont³ como instituição-síntese e se baseia na relevância dada à fisiologia, ou seja, buscando a otimização das diversas funções orgânicas do corpo humano. Este referido método, contudo, não pode ser considerado como esforço de “um cérebro e nem tão pouco de uma instituição”, ele significa mais de “um século de contínuos e pertinazes estudos” científicos seja no domínio analítico das leis da mecânica animal, ou “no terreno da fisiologia aplicada ou ainda nas observações de caráter prático realizadas sobre o terreno e com o auxílio da cinematografia” (BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931: 181).

O Método Francês de Educação Física, solidificado pela Escola de Joinville-le-Pont, uma escola militar, encontra abrigo nas casernas brasileiras desde a década de 1920. Contudo, é a partir do funcionamento do Centro Militar de Educação Física, em 1930, convertendo-se, em 1933, na Escola de Educação Física do Exército, que este método se assenta como parte importante (e institucionalizada) da criação de corpos nos quartéis e na sociedade⁴. Mas esta relação entre os militares brasileiros, sobretudo os do Exército, a institucionalização da Educação Física e o Método Francês nasce sob o signo da provisoriedade e da adaptabilidade. O texto original do *Règlement général d'éducation physique*, fazendo referência às experiências francesas na Primeira Guerra Mundial e à rápida preparação dos jovens soldados, explicita que, com os resultados obtidos, depois do armistício, pela difusão da Educação Física e dos esportes, bem como com os progressos na área da fisiologia, ficou sublinhada a necessidade de se estabelecer um método geral de Educação Física aplicável a todos os franceses, sem distinção de idade nem de sexo, “adaptado ao temperamento nacional” (da França) (MINISTÈRE DE LA GUERRE, 1930: 5).

³A Escola de Joinville-le-Pont, perto de Paris, é a escola militar que, em meados do século XIX, foi fundada para cuidar da educação física do Exército francês. Este instituto de ginástica ganhou destaque e produziu um grande interesse pelo tema, sobretudo a partir das derrotas na guerra franco-prussiana, no sentido de que passou a formar cidadãos (corpos) para a defesa nacional e para a guerra. De acordo com Castro (1997), a partir daí sedimentou-se a chamada “corrente francesa” da Educação Física.

⁴A *Revista de Educação Física*, publicação oficial da Escola de Educação Física do Exército, criada em 1932 (ainda sob o controle do Centro Militar de Educação Física) e publicada até hoje, se converteu em importante veículo de construção, debate e divulgação da Educação Física no país. Teve um caráter formador de conceitos e teorias com sua abordagem técnica, propositiva e organizacional do campo da Educação Física. De igual maneira, teve como sua marca a efusão, o nacionalismo e a aposta na Educação Física como construtora de uma estética/ética nacional.

Anos mais tarde, já sob a égide do Estado Novo no Brasil, o capitão do Exército brasileiro Gutemberg Ayres Miranda, em seu livro *Educação Physica Militar*, revela que a prática já bastante longa do Método Francês nos meios militares, bem como o grande percurso de estudos sobre o mesmo, fizeram com que a tradução autorizada pelo Estado-Maior do Exército do regulamento francês sobre Educação Física (o *Regulamento n.º 7*) se convertesse em regra provisória no meio militar. Com a criação da Escola de Educação Física do Exército e, sobretudo, considerando as condições físicas gerais dos brasileiros e particulares do Exército, totalmente diferentes da França, existia a premência de alterar aquele regulamento francês, “tanto para torná-lo adaptável ao nosso meio, como para aperfeiçoá-lo segundo os modernos” preceitos pedagógicos e fisiológicos. O referido militar indica esta trilha da *adaptação* como um elemento relevante a se seguir, principalmente no sentido de uma regulamentação e uma prática definitivamente brasileira da Educação Física (MIRANDA, 1938: VIII).

Para além da desconfiança de parte dos militares do Exército brasileiro, em relação ao papel da Missão Militar Francesa, durante todo o tempo de institucionalização e aplicação do Método Francês, ele foi considerado, por muitos, como “adaptável”, “provisório” e “flexível”. A sua adoção deveria ser encarada como um passo na busca de um “Método Nacional de Educação Física”, capaz de dar conta *realmente* da criação de um “corpo brasileiro”, ligado diretamente às necessidades – elencadas pelos seus contemporâneos: urbanização, industrialização, defesa e representação da pátria, nacionalização das instituições públicas, crescimento populacional e de participação no serviço militar obrigatório, incremento nas relações de trabalho – do Brasil naquele novo momento do país e do mundo das décadas de 1930 e 1940.

A criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD)⁵, da Universidade do Brasil, em 1939, veio incrementar o ensino e a pesquisa sobre a Educação Física no país. Ela se junta, aos poucos, à Escola de Educação Física do Exército, no grupo das instituições brasileiras que passariam a ditar as regras de elaboração dos “corpos brasileiros”. De acordo com Castro (1997) e Ferreira Neto (1998; 1999), a adoção do Método

⁵ As finalidades desta Escola eram: “a) formar pessoal técnico em educação física e desportos; b) imprimir ao ensino da educação física e dos desportos, em todo o país, unidade teórica e prática; c) difundir, de modo geral, conhecimentos relativos à educação física e aos desportos; d) realizar pesquisas sobre a educação física e aos desportos, indicando os métodos mais adequados a sua prática no país”. Ainda ministrava os seguintes cursos: a) Curso superior de educação física; b) Curso normal de educação física; c) Curso de técnica desportiva; d) Curso de treinamento e massagem; e) Curso de medicina da educação física e dos desportos”. (BRASIL, 17 abr. 1939). Ver, sobre a história da ENEFD, Pintor (1995) e Melo (1996).

Francês de Educação Física na referida Escola (e a nomeação para ser seu primeiro diretor o major Inácio de Freitas Rolim) a transformou numa instituição sob a influência direta dos militares. Foi também um indício deste domínio militar da educação Física nas décadas de 1930 e 1940, ainda de acordo com estes autores, o fato de a Divisão de Educação Física (DEF) ser dirigida por um militar do Exército – o major Barbosa Leite. Segundo Parada (2006; 2009), entretanto, a criação da ENEFD esteve diretamente relacionada aos esforços dos técnicos da DEF em criar uma estrutura civil para a Educação Física nacional. A principal tarefa desta instituição de ensino seria a formulação de um método nacional de Educação Física, voltada específica e definitivamente ao “temperamento” e às necessidades e problemas (físicos e morais) do “povo brasileiro”.

A importância institucional ratificada ao longo do tempo pela ENEFD não a livrou de críticas e problemas. Ao assumir a direção da citada Escola de Educação Física, em agosto de 1943, o capitão Roberto de Pessôa escreveu um relatório das suas observações iniciais com a intenção de comunicar ao ministério as reais condições daquela instituição, buscando um conjunto de ações saneadoras objetivas. Este relatório virou um livreto publicado pelo MES/ Universidade do Brasil, denominado *Problemas da Escola Nacional de Educação Física e Desportos* (1943). Dentre as principais questões que aquele militar aponta, estão incluídas, de forma geral, o “ambiente de descrença” que ele encontrou entre professores e alunos, por conta do futuro duvidoso da instituição, sobretudo pela “inabilidade dos diplomas que expede”. A referida escola funcionava, quase que improvisadamente num prédio anexo ao Instituto Nacional de Surdos Mudos, no bairro das Laranjeiras, e se utilizava de instalações do Fluminense Futebol Clube (piscina e campo de futebol) e do Botafogo de Futebol e Regatas (garagem e outras instalações). A questão das bolsas de estudos⁶ também constituía, de acordo com Pessôa, um relevante problema, já que elas deveriam ser “um prêmio aos mais capazes e nunca um expediente para compensar o pequeno número de candidatos à matrícula” (PESSÔA, 1943: 11-14).

As bolsas de estudos, entretanto, acabaram servindo para, apesar dos problemas apontados por Pessôa (1943), consolidar, de forma relativamente sistematizada, duas das finalidades da Escola: imprimir unidade teórica e prática ao ensino de Educação Física no país e difundir, de modo geral conhecimentos relativos à Educação Física e aos esportes. Com a

⁶ As bolsas de estudos da ENEFD foram instituídas pelo Decreto-lei nº 4.029, de 19 de janeiro de 1942. Seriam bolsas anuais, “destinados a candidatos residentes em estados onde não existem escolas congêneres reconhecidas, escolhidos, de preferência, entre funcionários estaduais que sirvam em repartições ligadas à educação física” (BRASIL, 19 jan. 1942).

facilidade que o sistema de interventorias, criado com o Estado Novo, imprimiu, a partir de 1942, uma comum e intensa correspondência entre os interventores das unidades federativas, seus assessores e/ou funcionários e a direção da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Nesse processo, ofícios, cartas e telegramas faziam a comunicação entre os citados organismos.

A Divisão de Educação Física (DEF), do Departamento Nacional de Educação (DNE) era o órgão responsável por ditar as regras da divulgação e assentamento da educação física no âmbito das escolas (formação de profissionais, escolha de mecanismos de ensino, pesquisa, etc.). Os técnicos ligados a esta Divisão formavam um corpo de pensadores e formuladores de políticas públicas que criaram, de acordo com Parada (2006; 2009), as bases para uma Educação Física nacional (e um Método Nacional) não militar. Os fundamentos desta Educação Física “civil”, capaz de construir os “copos brasileiros”, formaram os objetivos reais destes técnicos, cuja influência se estendia às escolas e às universidades, como a Universidade do Brasil e a sua Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Foram também, os referidos componentes desta Divisão, protagonistas de debates públicos sobre a Educação Física no Brasil e a criação das bases corpóreas do “homem brasileiro” e, de forma mais geral, acerca da identidade nacional no Brasil. Estes debates, muitas vezes, eram realizados através de livros, livretos, relatórios e publicações periódicas (especializadas em Educação Física ou não), como o *Boletim de Educação Física*⁷ e a *Revista Brasileira de Educação Física*⁸.

Maurício Parada (2006; 2009) considerou o *Boletim de Educação Física* uma publicação de circulação “restrita, aparecendo como uma documentação interna aos órgãos estatais”. Este pesquisador deu ênfase à *Revista Brasileira de Educação Física*, como um periódico com outro “projeto editorial que procurava atingir o público externo” (PARADA, 2009: 159). Já a *Revista Brasileira de Educação Física*, que publicou artigos (de autoria,

⁷ Editado entre 1941 e 1945 (retornando somente em 1956), publicava relatórios anuais de atividades da DEF, informativos organizacionais desta Divisão, relatórios das autoridades e instituições nacionais e/ou regionais sobre Educação Física, informações sobre concursos e estágios, bem como resumos de expedientes e verificações procedidas em estabelecimentos de ensino e legislação sobre Educação Física e saúde pública. Sua principal característica era a tentativa de coadunar saberes e debates para implantação de políticas públicas em Educação Física, visando, principalmente, o funcionamento dos estabelecimentos de ensino no Brasil, homogeneizando os procedimentos e os corpos.

⁸ Publicação de propriedade de “A Noite”, do Rio de Janeiro, foi editada a partir de janeiro de 1944. Era dirigida por João Barbosa Leite, Diretor da DEF (do Departamento Nacional de Educação, do Ministério de Educação e Saúde) e, na ocasião, major do Exército brasileiro. Tinha sucursais em várias cidades brasileiras, como São Paulo e Belo Horizonte, e, também, em Buenos Aires.

geralmente, de quadros dos órgãos estatais de Educação Física), legislação específica, informativos da DEF (cursos, concurso, visitas, campeonatos), informações desportivas em geral, significou, para este mesmo autor, “a exposição pública do grupo de técnicos da Divisão de Educação Física” (PARADA, 2006: 159).

Em finais de 1942 e início de 1943, a Divisão de Educação Física organizou e distribuiu um inquérito acerca do Método Nacional de Educação Física, o qual visava recolher contribuições das mais amplas e diversas personalidades, ligadas à educação, medicina, esportes, política, saúde pública, etc., na elaboração do referido método. A referida ação se baseou num trabalho de dois anos (desde 1940, portanto) de observação prática de que o Método Francês não satisfazia inteiramente às necessidades dos educadores, da Divisão e do governo. A 10 de novembro de 1942, a DEF lançou o grande inquérito destinado a obter opiniões daqueles envolvidos com a questão da educação Física e da elaboração dos “corpos” brasileiros. Para tal, ela montou um arcabouço do que chamou de “Método Nacional de Educação Física”, explicado aos colaboradores. Cada uma das duas mil coleções organizadas, e a serem enviadas aos colaboradores, continha: a) um envelope para remessa; b) uma circular explicativa; c) esquema de todo o arcabouço do Método Nacional; d) opúsculo contendo notas explicativas; e) caderno de papel almaço para remessa de sugestões; e f) envelope de devolução, com franquia postal, com o endereço da DEF impresso (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1944: 5-14).

No total foram enviadas 1.675 coleções, destinadas a personalidades da política, autoridades públicas ligadas à educação e saúde, professores, militares, médicos, jornalistas, instituições, associações, ligas e sociedades e aos vários escalões do ministério da Educação e Saúde. Contribuições, críticas e sugestões foram elencadas para subsidiar um anteprojeto para instituir o Método Nacional de Educação Física. O capitão Américo Silveira D’Ávila, Diretor do Curso Provisório de Educação Física de Florianópolis, Santa Catarina, aponta para o fato de que o Método Francês, adotado no Brasil, desde 1921, pelo Exército e aos poucos estendido ao maio civil, “não se adapta bem ao nosso meio”, afirmando como louvável a atuação da DEF no sentido de buscar um método genuinamente brasileiro. Já Júlio Xavier Teixeira, professor de Educação Física na cidade de Santos, no estado de São Paulo, ao avaliar o arcabouço do Método Nacional enviado pela Divisão responsável, o inquerido responde: “discordo desse método. (...) Os títulos são bonitinhos, mas são apresentados sem harmonia, sem método e sem oportunidade. Pretender obter um método de educação física,

que se aplique aos débeis e as diferentes idades é coisa impraticável” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1944: 81-106).

A busca de um Método Nacional de Educação Física para o Brasil, por parte da Divisão de Educação Física, se verificou como a atividade primordial desta instituição, cujo inquérito e seus desdobramentos formam o ápice deste processo. Pode-se, dessa forma, perceber que a busca pela elaboração de um “Método Nacional” consubstancia-se com a criação de um ideal de “corpo” para a nação, dando sustentação a um processo de *nacionalização do corpo e corporificação do nacional*, ao longo do período entre 1930 e 1945. Deve-se, então, avaliar que longe de ser um projeto, prática ou ideia de um grupo específico, a elaboração, difusão e institucionalização da Educação Física no Brasil, cujo movimento observa-se neste período, é um *locus* de discussão entre diversos atores, mobilizando várias agendas e se afirmando como um ponto nevrálgico entre ministérios, ciências e saberes. A ideia de “militarização” da Educação Física, da sociedade ou do “corpo” nas décadas de 1930 e 1940 pode ser matizada. Por conta das análises realizadas até então, há, sem dúvida, uma “militarização relacional”, onde, no fazer-se da Educação Física (e seu Método Nacional) e na elaboração do “corpo” brasileiro, existiram relações entre militares e civis, entre os quartéis e a sociedade que os cercam.

Bibliografia

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 4.029. 19 jan. 1942. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaTextoIntegral.action?id=15716&norma=30753>.

Acesso: 02 jan. 2013.

_____. Decreto-lei nº 1.212. 17 abr. 1939. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicacoes.action?id=7238>. Acesso: 06 out. 2010.

BONORINO, Laurentino Lopes; MOLINA, Antonio de Mendonça; MEDEIROS, Carlos M. de. *Histórico da Educação Física*. Vitória: Imprensa Oficial, 1931.

MARINHO, Inezil Penna. *Sistemas e métodos de Educação Física*. São Paulo: Cia Brasil Editora, s/d.

MINISTÈRE DE LA GUERRE. *Règlement général d'éducation physique: méthode française*. Paris: Charles-Lavauzelle & Cie Éditeurs Militaires, 1930.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *O Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física realizado pela Divisão de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)*. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, 1944.

MIRANDA, Gutemberg Ayres. *Educação Physica Militar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

PESSÔA, Roberto de. *Problemas da Escola Nacional de Educação Física e Desportos*. Rio de Janeiro: MES-Universidade do Brasil, 1943.

RAMOS, Jayr Jordão. *Escola de Educação Física do Exército (1930-1965)*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1966.

CASTRO, Celso. In corpore sano – Os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. *Antropolítica*: Niterói, nº 2, p. 61-78, 1º sem. 1997.

FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no Exército e na Escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz: FACHA, 1999.

_____. *Escola de Educação Física do Exército (1920-1945): origem e projeto político-pedagógico*. In: _____ (org.). *Pesquisa histórica na Educação Física*. V. 3. Aracruz: FACHA, 1998, p. 69-95.

MELO, Victor Andrade de. *Esporte, cidade e modernidade*: Rio de Janeiro. In: _____ (org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 19-48.

_____. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos – uma possível história*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 1996.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Apicuri, 2009.

_____. *Corpos físicos como corpos cívicos: práticas desportivas e educação física no Brasil sob o Estado Novo*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto

dos. *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, FAPERJ, 2006, p. 155-183.

PINTOR, José Luiz Marques. *A criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil e sua inserção na política do Estado Novo*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

REICHEL, Peter. *La fascination du Nazisme*. Paris: Ed. Odile Jacob. 1993.